

EDITORIAL

A edição que se anuncia não descreve um campo: ela tensiona até o ponto em que suas categorias deixam de funcionar como abrigo e passam a operar como problema. O corpo, eixo transversal, não aparece como unidade, mas como superfície de conflito onde regimes distintos disputam inscrição. Não há síntese. O que unifica os textos é a impossibilidade de estabilizar aquilo que pretendem nomear. O gesto inaugural parece reparador, mas não o é. A reinscrição do corpo após sua devastação não restaura identidade, pelo contrário, desorganiza. A marca não devolve um “antes”; introduz uma escrita que não coincide com a perda. O corpo deixa de ser evidência e passa a exigir leitura. Nesse ponto, a lógica médica da restituição entra em curto com uma prática que não corrige, mas reinscreve o dano como condição. Essa instabilidade encontra seu reverso na proliferação da imagem. O corpo, antes em ruptura, é agora capturado por uma forma sem resto. A exigência de aparecer reduz o campo do possível: não amplia, fixa. No entanto, é no excesso de visibilidade que surge a fissura. A saturação da imagem reintroduz o que ela tenta eliminar. O fracasso da perfeição torna-se operador. Mas essa fissura não se distribui igualmente. Na experiência hiperconectada, o outro já não devolve alteridade, mas cálculo. O reconhecimento, convertido em métrica, exige repetição sem inscrição. O laço não desaparece; torna-se insuficiente. A promessa de conexão produz seu inverso: uma subjetividade entre exposição compulsiva e retraimento. Esse cenário não é contingente. Ele resulta de um processo em que a variação foi traduzida em informação e, depois, em controle. A formalização, ao buscar precisão, elimina o que escapa. O pensamento que pretende ordenar o real reduz sua potência. A crítica, quando opera nesses mesmos termos, repete aquilo que denuncia. Contra essa captura, o corpo reaparece como campo de conflito, não como exterior salvaguardado. A experiência sensível não liberta: expõe. A resistência não é pureza, mas atrito interno. O gesto não escapa à norma; a desloca momentaneamente, ao preço de reinscrição. Esse preço torna-se explícito na moral do desempenho. A exigência já não se impõe de fora: opera por dentro. A produtividade deixa de ser medida e se torna valor. O fracasso não é evento, mas culpa. O corpo responde por aquilo que não controla. O sofrimento, longe de interromper a lógica, confirma. Diante disso, a clínica é forçada a se deslocar. Não basta escutar; é preciso produzir condições de presença onde ela foi erodida. Práticas que reintroduzem corpo e risco não estabilizam, deslocam. Não oferecem solução, mas reabrem, precariamente, a possibilidade de inscrição. Essa precariedade atravessa também as formas de sexualidade e as estruturas normativas. Modelos universalizantes deixam de descrever e passam a excluir. O impasse não se resolve pela substituição de um paradigma por outro, mas pela impossibilidade de universalizar sem violência. No plano social, a dominação não se sustenta apenas por imposição, mas por aprendizagem difusa. A violência não é exceção; mas pedagogia. O problema não é identificar desvios, mas desativar os dispositivos que os produzem como norma. No plano epistêmico, o conflito se repete: a universalização de teorias deforma os objetos, mas sua recusa pura empobrece o pensamento. Pensar exige sustentar esse conflito sem resolvê-lo. Talvez esse seja o ponto decisivo desta edição: não há exterior seguro. Nem na clínica, política, teoria. Até a crítica carrega aquilo que pretende negar. A consequência é desconfortável: o corpo, tomado como lugar de resistência, não está fora do regime que o captura, mas é um de seus efeitos. E, ainda assim, é onde esse regime fracassa. Não por pureza e liberdade, mas excesso e impossibilidade de fechamento. Este editorial não oferece síntese. Marca um limite: onde nossas categorias falham, e justamente por isso, ainda podem produzir pensamento.

Prof. Dr. Wellington Lima Amorim
Universidade Federal do Rio Grande do Sul